

MARIM DOS CAETÉ: CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICA DO SÍTIO DO CAMPO, PAULISTA - PE - SÉCULOS XVII E XVIII

Fábio Mafra Borges

A identificação do Sítio Arqueológico do Campo resultou da comunicação de um morador local², que trouxe ao Núcleo de Estudos Arqueológicos da UFPE (NEA/UFPE) dois vasilhames cerâmicos, em bom estado de conservação (Anexo 1). Localizado no Litoral Norte³ pernambucano, na divisa dos municípios de Olinda e Paulista (Anexo 2), essa situação geográfica limítrofe gerou problemas durante o processo de tombamento e liberação da área para pesquisas arqueológicas. Enquanto encaminhavam-se os processos burocráticos para Prefeitura de Olinda, a Prefeitura do Paulista, por outro lado desconhecendo a existência do sítio, liberava a mesma área para implantação de um empreendimento particular, o Cemitério Morada da Paz. Como resultado desse choque de interesses desenvolvimentistas e patrimoniais, uma grande porção do sítio arqueológico foi destruída, antes da realização de uma intervenção arqueológica propriamente dita (Anexo 3) ⁴.

No entanto, ainda foi possível realizar três campanhas arqueológicas durante a instalação das dependências do cemitério, sendo as duas últimas realizadas com o apoio e cooperação do proprietário do empreendimento:

1. Primeira Campanha: tecnicamente denominada de Inspeção Arqueológica, foi motivada pela comunicação do Sr. José Lindemberg C. S. Sobrinho e foi realizada com o intuito de verificar a ocorrência arqueológica. Foram então delimitadas duas áreas ocupacionais distintas: Área I, caracterizada pela presença de material lítico e cerâmico (Anexo 4) e Área II, caracterizada pela presença de louça e faiança arqueológicas, além de restos de material construtivo (Anexo 8). Utilizada tanto como campo de futebol como atalho pela população local, a Área I, definida como uma ocupação indígena corria o risco da perda total de suas informações arqueológicas, em função tanto do uso como do desmatamento realizado. Dessa maneira, foi coletado todo o material que se encontrava aflorando na superfície. Caso não se tivesse tomado esse procedimento emergencial, todas as informações

possíveis de registro, na Área I, teriam sido perdidas; já que foi a área que sofreu maior intervenção para a instalação do cemitério.

2. Segunda Campanha: após autorização do IPHAN e aprovação do “Projeto Marim dos Caetés: Arqueologia e História Indígena de Olinda, PE.”⁵ foi realizada a segunda campanha, quando então foi confirmada a destruição da ocupação indígena, então denominada Área I, com a terraplanagem da mesma para instalação do velório. Tal situação caracterizou essa campanha como um salvamento arqueológico, que por sua vez, possui procedimentos que visam otimizar o resgate de informações arqueológicas num curto prazo de tempo. Orientados por esse princípio, realizou-se a abertura de uma trincheira-teste (Trincheira 1), em porções da Área I que não haviam sofrido a terraplanagem, constatando a ausência de material arqueológico. Paralelamente, foi realizada a coleta de material de superfície, tanto na Área I, como na área de ocorrência de material histórico, denominada Área II. Nesta última, na porção onde se concentrava um maior número de vestígios materiais, foi aberta outra trincheira-teste (Trincheira 2), apresentando não apenas material arqueológico como estruturas arquitetônicas (Anexo 7).

3. Terceira Campanha: A partir dos dados obtidos em campo e em análises laboratoriais iniciais, a terceira campanha foi realizada com objetivos pré-definidos. Foram eles: a ampliação da Trincheira 2, localizada na Área II, visando revelar a totalidade da estrutura arquitetônica e sua identificação funcional; a prospecção nas encostas do tabuleiro, buscando identificar concentrações de material arqueológico carreado e outras estruturas arquitetônicas; a obtenção de dados materiais que pudessem indicar a existência de uma correlação espaço-temporal entre as duas ocorrências; a seleção de áreas nas quais será vetada a realização de enterramentos pelo Cemitério Morada da Paz⁶.

Como resultado dessas atividades ficou constatado a existência de cinco manchas de concentração de material cerâmico indígena na Área I, posteriormente definidas como três áreas habitacionais (Anexo 4); doze estruturas arquitetônicas que compunham as ruínas de uma unidade de produção colonial, na Área II (Anexo 4); outras áreas ocupacionais, com cronologias variadas, que se estendem desde o início da colonização até os dias atuais (Área III, IV e V); uma considerável quantidade de material arqueológico que revelaram indícios de contato entre as duas principais ocupações, além de uma cronologia relativa para a Área II (1650-1750), obtida a partir da louça arqueológica. Mediante

essas informações preliminares foi possível a delimitação do problema e a formulação das hipóteses que nortearam as análises realizadas.

Antecedentes Históricos e Pressupostos teóricos

Localizado no topo de um tabuleiro⁷ da Formação Barreiras⁸, com \pm 56 m de altitude (Anexo 9), próximo à confluência do Riacho Mirueira com o Rio Fragoso (Anexo 10), o Sítio do Campo apresentou um padrão ocupacional⁹ que não correspondia com a realidade cronológica registrada no período em questão – final do Século XVII, início do Século XVIII – para uma unidade de produção colonial¹⁰. Por outro lado, a escolha desse tipo de topografia pelas populações indígenas que ocupavam o Litoral Norte pernambucano - os Caeté, família do Tronco Lingüístico Tupi-guarani - para o assentamento de suas aldeias, nos morros aluvionais existentes próximos de cursos d'água navegáveis, caracterizaram o padrão ocupacional da cerâmica arqueológica tupi-guarani¹¹. Por sua vez, os indícios de contato tecnológico identificados no material cerâmico das duas áreas ocupacionais do sítio, novamente para o período em questão, sugerem outro anacronismo topográfico: a inserção da mão-de-obra indígena num contexto de substituição pela mão-de-obra africana¹².

Para melhor compreender essa problemática ocupacional do Sítio do Campo, foi necessária a realização de um recuo no tempo, o qual permitiu identificar aspectos importantes para definição do processo de implantação colonial e o índice de interação entre as culturas envolvidas no mesmo.

Nesse sentido, nos primeiros anos do empreendimento português, a garantia do sucesso da implantação do sistema colonial estava intimamente relacionada com as alianças firmadas entre os grupos indígenas, localizados próximos dos primeiros focos de colonização¹³. Ou seja, a concorrência com outras potências mercantilistas européias e a constante ameaça de grupos indígenas antagônicos, colocava em perigo os primeiros núcleos urbanos portugueses, sendo uma política comum em todo o período colonial, a aproximação dos grupos apaziguados para assegurar a posse dos territórios ocupados¹⁴. Essa aproximação dos grupos indígenas “amansados” garantia o acesso a uma mão-de-obra nativa, a qual foi largamente explorada nos primeiros momentos da implantação da economia açucareira¹⁵. No caso de Pernambuco, a área selecionada para o assentamento desses grupos, foi o Litoral Norte¹⁶. Quanto à própria implantação do sistema mercantilista num contexto ecológico novo para as potências

européias envolvidas, ainda se pode afirmar que foi indispensável o conhecimento ancestral das populações indígenas do meio ambiente americano, não só para a implantação de um sistema extrativista ou agrícola ecologicamente viável, mas também para garantir a subsistência da população vinculada aos enclaves coloniais¹⁷.

Como melhor exemplo para ilustrar essa convergência do padrão ocupacional português e Tupiguarani, pode-se citar a topografia das primeiras vilas fundadas pelos portugueses na Capitania de Pernambuco. Na verdade, a primeira vila fundada, Igarassu, não estava assentada no topo de colinas e esse foi o principal motivo da transferência da comitiva de Duarte Coelho, para as cinco colinas onde se fundaria a Vila de Olinda, ou Nova Lusitânia¹⁸ (Anexo 10), como o donatário a batizou. Mais facilmente protegidas por essa situação topográfica, não só a Vila de Olinda como a de São Salvador na Bahia, refletem essa convergência das necessidades logísticas de ambas as culturas em interação. Entretanto, segundo a historiografia vigente, não foi no Litoral Norte de Pernambuco - onde se assentaram os primeiros núcleos coloniais - que se concentraram as principais unidades de produção de açúcar, a partir da segunda metade do Século XVI. Localizados no Litoral Sul do Estado, principalmente na Várzea do Rio Capibaribe, esses engenhos prosperaram bastante, explorando os vales férteis dessa bacia hidrográfica, ricos em solos massapés¹⁹. Ainda segundo a historiografia vigente, o grande impacto epidemiológico que atingiu as populações nativas, produzindo um alto grau de mortandade, associado à resistência dos grupos aldeados à inserção ao sistema colonial como força produtiva, foram algumas das causas da substituição étnica da mão-de-obra utilizada nas lavouras e engenhos de açúcar²⁰. Como resultado, um grande número de africanos foi trasladado com escravos para manter em movimento a economia colonial²¹.

Nesse sentido, como explicar a interpretação inicial proposta para o Sítio do Campo? Como explicar a existência de uma unidade de produção colonial numa topografia não favorável para o abastecimento e escoamento de seu produto? E, como explicar a utilização de mão-de-obra indígena num contexto de substituição pela mão-de-obra africana? Para responder essas perguntas, primeiramente foi necessário responder outras questões mais objetivas: a estrutura arquitetônica identificada na Área II, realmente consistia numa unidade de produção? A relação espaço-temporal, inicialmente identificada entre as Áreas I e II, pode ser verificada arqueologicamente? E ainda, quais as razões que levaram ao desuso do Litoral Norte para a produção açucareira extensiva, a despeito das primeiras sesmarias doadas por Duarte Coelho estarem situadas nesse trecho do litoral pernambucano?

Abordagem Arqueológica

Na busca de respostas para estas questões, como procedimento inicial, foi realizada uma caracterização geomorfológica do Litoral Norte, na qual foi possível identificar características ambientais e geológicas que influenciaram o tipo de exploração dos recursos naturais, realizado tanto pelas culturas nativas como pela sociedade colonial. Banhado por uma hidrografia de pequeno porte, cercado de vales estreitos, em forma de ‘u’ ou ‘v’, o Litoral Norte não favorecia a implantação de lavouras extensivas²². Com a proximidade da linha costeira e a influência do regime das marés, a salinização do solo tornava inviável o cultivo, em algumas áreas²³. Por outro lado, o meio ambiente formado nesse sistema hidrográfico, constituído basicamente de lagoas e manguezais, favoreceu o extrativismo de recursos marítimos²⁴ que garantiu tanto a subsistência nativa e como a colonial, possibilitando a subsistência da sociedade luso-brasileira, em formação²⁵. As jazidas calcárias, argilosas e areníticas foram largamente exploradas como matéria-prima para a construção civil²⁶, sendo ainda hoje exploradas com esse fim²⁷. Olarias, fornos de cal, lavoura de subsistência, casas de farinha de mandioca e pecuária foram, então, as economias que prosperaram durante o período colonial e estavam plenamente adaptadas aos limites ecológicos da região²⁸.

Quanto à relação espaço-temporal entre as Áreas I e II, foi selecionado como unidade de análise comparativa, o único vestígio que era comum às duas ocupações: o material cerâmico, o qual tem sido largamente utilizado na delimitação e na compreensão da interação entre culturas arqueológicas²⁹. Partindo de uma perspectiva sistêmica, foi definido o perfil técnico cerâmico de cada área ocupacional, o qual consiste na reconstituição da cadeia operatória de cada um dos grupos ceramistas³⁰ identificados no Sítio do Campo. Em outras palavras, as etapas necessárias para a produção de um vasilhame cerâmico, as quais se dividem em procedimentos essenciais e não-essenciais³¹. Radicalmente distintos quanto à técnica de manufatura, a comparação do material cerâmico das duas áreas, sem a formulação de parâmetros relacionáveis durante a análise, mostrar-se-ia infrutífera. Nesse sentido, forma e decoração, procedimentos não-essenciais na produção cerâmica, dado o forte teor étnico que representam³², foram os atributos tecnológicos selecionados na análise comparativa.

Como resultado das análises do material cerâmico da Área I, o perfil técnico identificado permitiu inserir o grupo num contexto mais amplo e recorrente no litoral nordestino: a Tradição Arqueológica Tupiguarani, caracterizada por vasilhames cerâmicos acordelados, com bordas reforçadas

externamente, com decoração plástica e pintada policrômica³³ (Anexo 13). No entanto, algumas características identificadas no material cerâmico da ocupação indígena, como a decoração plástica corrugada, bases em pedestal e a planificação suave da base dos vasilhames, não estão de acordo com a classificação vigente para a Tradição Tupiguarani, em Pernambuco³⁴ (Anexo 1; Anexo 11). Segundo Brochado, a Tradição Tupiguarani se dividia em duas sub-tradições: a Sub-tradição Corrugada, no Sul e no Sudeste do Brasil, e a Sub-tradição Pintada, que se estenderia do Rio de Janeiro até o Estado do Maranhão³⁵.

Ainda segundo este autor, com o impacto aculturador da implantação do sistema colonial e a inserção das populações nativas na economia mercantilista, promoveu a generalização da decoração corrugada, motivada principalmente pela expansão missionária jesuítica³⁶. Apesar das críticas que essa classificação vem sofrendo pela simplificação dicotômica “tupi x guarani” na delimitação das sub-tradições ceramistas³⁷, estudos recentes na região missioneira nos estados da Região Sul do Brasil, confirmam a hipótese de generalização da decoração plástica corrugada, em oposição aos vasilhames decorados com pintura policrômica³⁸. Intimamente relacionados com o universo mítico Tupi-guarani, os complexos desenhos geométricos pintados nos vasilhames policrômicos, foram paulatinamente abandonados, a medida que eram combatidos os ritos e as crenças que lhes davam significados³⁹. Dessa maneira, pode-se afirmar que o material cerâmico da Área I possui características técnicas e morfológicas que o inserem num contexto de aculturação da Tradição Ceramista Tupiguarani.

Na Área II, a técnica de manufatura identificada, o torneado, inseriu o material cerâmico num contexto histórico ainda mal-definido e denominado Tradição Neo-brasileira⁴⁰. No entanto, algumas características morfológicas e detalhes supérfluos na cadeia operatória dessa indústria ceramista, como a presença de decorações incisadas em bordas reforçadas e técnicas de tratamento de superfície pré-histórica⁴¹ - brunido -, indicam algumas permanências tecnológicas no enxoval cerâmico utilitário da ocupação colonial. Procurando refinar ainda mais, o marco cronológico delimitado para o Sítio do Campo, a partir da Área II, foi realizada uma análise de popularidade na louça arqueológica, que permitiu a aplicação de uma fórmula matemática, resultando numa datação relativa, denominada Fórmula de Datação Média da Louça Arqueológica⁴². Apesar de imprecisa como método de datação, a aplicação dessa técnica permitiu a inserção do sítio num contexto histórico bem definido, com a data de 1706. Mas adiante veremos as implicações dessa cronologia relativa.

Porém, após a aplicação de métodos quantitativos que objetivavam identificar correlações entre as duas indústrias ceramistas, não foi possível identificar elementos que caracterizassem uma continuidade cultural entre as áreas delimitadas. A baixa porcentagem de fragmentos que permitiam uma comparação direta, não forneceu nenhum dado conclusivo sobre a relação espaço-temporal inicialmente proposta. O caráter de salvamento arqueológico das campanhas realizadas, por outro lado, só permitiu a escavação de 1/3 da área preservada do sítio, o que, por sua vez sugere que o universo analisado não corresponde ao universo total da ocupação. Nesse sentido, fragmentos que foram classificados como materiais intrusivos, numa abordagem quantitativa, numa análise qualitativa, podem produzir resultados que, se não permitem afirmações conclusivas, pelo menos pedem pelo esgotamento das informações arqueológicas ainda preservadas no sítio. Contudo, não foi possível a realização de novas campanhas arqueológicas, durante o tempo regulamentar para a conclusão do presente trabalho.

Contextualização histórica

Geralmente, em trabalhos de Arqueologia Histórica, os dados arqueológicos entram na análise ou para corroborar ou refutar hipóteses oriundas do registro documental⁴³. No caso do Sítio do Campo, como foi identificado arqueologicamente antes de identificado no registro histórico, a relação interdisciplinar história-arqueologia foi aplicada de modo invertido. Dessa maneira, diante das lacunas apresentadas pelo registro arqueológico resgatado, foi realizada uma contextualização histórica do Sítio do Campo, a partir da cronologia relativa, obtida da análise da louça arqueológica: 1706. O levantamento documental e iconográfico realizado permitiu, assim, a solução de duas questões não resolvidas pela Arqueologia: a relação espaço-temporal entre as áreas ocupacionais analisadas e a funcionalidade da estrutura arquitetônica identificada na Área II.

Quanto à funcionalidade da estrutura arquitetônica da Área II, a despeito do material arqueológico identificado imediatamente acima de seus alicerces ser de procedência doméstica, foi possível afirmar, a partir da comparação das plantas-baixas de casas-grandes e de fábricas de engenho, resultantes de análises da iconografia flamenga do Século XVII, que a mesma não consistia num edifício habitacional. A disposição e a envergadura de seus alicerces, constituídos por colunas de sustentação, sugerem que, em concordância com os padrões arquitetônicos das fábricas, representadas principalmente por Franz Post, a estrutura arquitetônica da Área II, consiste numa unidade de produção colonial⁴⁴.

Contudo, o tipo de produção a que se dedicava, não pode ser verificado arqueologicamente. Tampouco, a partir da análise iconográfica.

No intuito de transpor essa limitação, buscou-se a identificação da propriedade ou dos proprietários a que pertenceu o Sítio do Campo. No entanto, a análise documental não permitiu uma identificação mais precisa. Nesse sentido, essa unidade de produção poderia pertencer a qualquer uma das grandes propriedades registradas na área em questão: o Engenho Frágoso, o Engenho do Paulista e o Engenho Maranguape⁴⁵. Por outro lado, o levantamento documental permitiu a confirmação dos resultados obtidos a partir da caracterização geomorfológica do Litoral Norte: apesar da existência de engenhos com baixa produtividade, a economia da região, pode ser caracterizada pela exploração de recursos minerais para a construção civil (fornos de cal, pedreiras e olarias), pela lavoura de subsistência (mandioca e casas de farinha) e pelo extrativismo marinho (pesca e coleta) e, em menor porcentagem, pela pecuária⁴⁶.

Quanto à questão da relação espaço-temporal das duas áreas ocupacionais, ou seja, a inserção de mão-de-obra indígena na produção colonial do início do Século XVIII foi necessária uma análise sócio-econômica que fornecesse indícios para a interpretação proposta. Para isso, foi preciso recuar no tempo, em direção à segunda metade do Século XVII e a Restauração Pernambucana. O período que vai daí até a Guerra dos Mascates (1711), foi marcado por uma desestabilização do sistema colonial, produzido pelos efeitos do pós-guerra⁴⁷. Crises no mercado internacional, fugas em massa e aquilombamento de escravos, expansão territorial e missioneira, conflitos agrários entre as elites pernambucanas, geraram conflitos notórios na historiografia⁴⁸ - Guerra dos Bárbaros, Guerra dos Palmares, Guerra dos Mascates - que marcaram todo o período em questão. Logo, pode-se concluir que a escassez de mão-de-obra africana e a demanda por propriedades das elites recém-formadas⁴⁹ - os Heróis da Restauração - poderiam explicar a situação espacial do Sítio do Campo e a relação entre as duas áreas ocupacionais analisadas, culturalmente distintas.

Considerações finais

Apesar de reduzir bastante o universo interpretativo proposto, a contextualização histórica realizada também não se mostrou conclusiva. Ou seja, não foi possível identificar a que tipo de produção se dedicava a propriedade que foi o Sítio do Campo. Se o mesmo consistia em uma olaria, ou um forno de cal, ou uma casa de farinha, ou até um pequeno engenho trapiche, tão popular no período em questão⁵⁰, apenas a continuidade das escavações produzirá respostas. No que diz respeito à mão-de-obra indígena, apesar de identificarmos razões sócio-econômicas que justificavam sua utilização⁵¹, o modo como este uso se dava - se escrava ou livre - é possível que nem mesmo a Arqueologia solucione esse problema. Não sem antes se obter um *corpus* histórico-arqueológico que não pode ser obtido com a análise de um único sítio.

Á guisa de conclusão, porque talvez a “*inconclusão*” deparada possa produzir desconforto no leitor, todo esse trabalho não se mostrou infrutífero. A proposição de um modelo de atuação conservacionista⁵², aqui concretizado, pode servir como diretriz para futuras pesquisas arqueológicas na área. Pesquisas essas, que precisam ser urgentes e orientadas por metodologias que permitam o resgate do maior número de informação, no menor prazo possível. Tendo em vista que o Litoral Norte de Pernambuco vem sofrendo, atualmente, um incremento populacional e habitacional⁵³, os quais colocam em risco a integridade desses patrimônios histórico-culturais; de extrema importância não só para a historiografia do Estado, como também, para a historiografia nacional. A implantação de programas de educação patrimoniais, realizados em conjunto com os levantamentos arqueológicos, pode então fomentar a identificação da população com os bens patrimoniais, transformando-a assim em agentes da conservação.

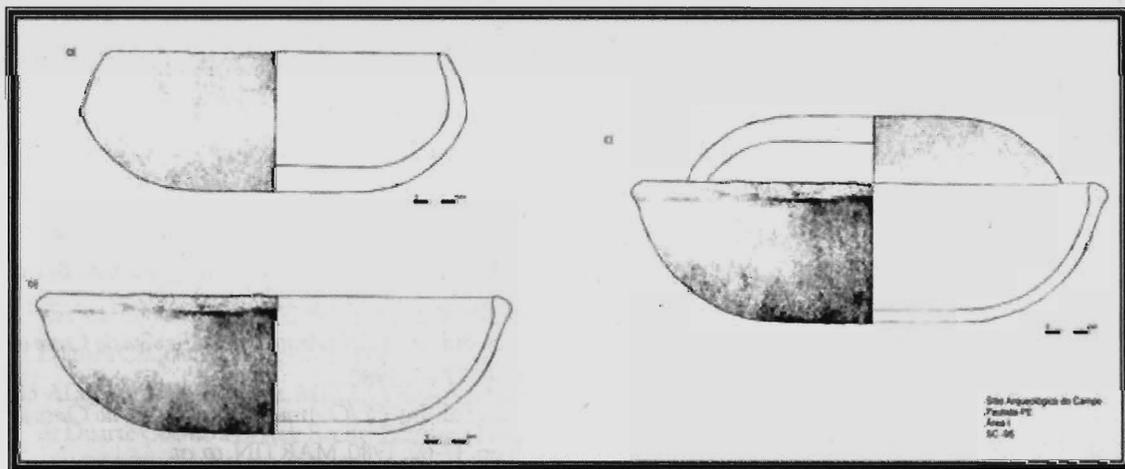
Construção da cidadania a partir da relação identitária comunidadepatrimônio e inserção social com a fomentação de uma economia turística adequada podem proporcionar os resultados esperados com realização do modelo de atuação aqui proposto. Dessa forma, uma ação conjunta - entre as instituições responsáveis pelo registro e salvaguarda do patrimônio arqueológico, os poderes municipais e o setor privado - pode promover um programa de conservação patrimonial que não atrapalhe o desenvolvimento urbano. E, *vice versa*, um desenvolvimento urbano que não destrua os símbolos materiais da formação histórica pernambucana.

Notas

- 1 **Fabio Mafra** - Mestre em Arqueologia pelo Programa de Pós-graduação em Arqueologia e Conservação de Patrimônio da Universidade Federal de Pernambuco (PpArq/UFPE).
- 2 Sr. José Lindemberg Cavalcanti da Silva Sobrinho.
- 3 COMPANHIA PERNAMBUCANA DO MEIO AMBIENTE (CPRH). Diagnóstico Socioambiental do Litoral Norte. Recife: p. 87. 2001.
- 4 BORGES, Fábio Mafra; SENA Vivian Karla. Proposta de Integração e Conservação de Sítios Arqueológicos na Faixa Costeira Pernambucana: O Caso Específico do Sítio do Campo, Paulista – PE. *Anais do V Encontro Nordestino de História/V Encontro Estadual de História – ANPUH/PE*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. 2004.
- 5 Órgão financiador: Fundação de Amparo à Ciência e Ensino do Estado de Pernambuco. (FACEPE).
- 6 BORGES *et alli*, *op. cit.*
- 7 Tabuleiros: relevo de topos planos e entrecortados de vales estreitos e profundos, apresentando no Litoral Norte, alta declividade (> 30%). (CPRH, *op. cit.*).
- 8 Formação Barreiras: estrutura geológica, com cronologia plio-peistocênicas, constituída por sedimentos arenos-argilosos, de origem continental. (CPRH, *op. cit.*)
- 9 Padrão Ocupacional: eleição de unidades ecológicas do espaço geográfico, a partir de necessidades culturais, gerais e/ou específicas, as quais são historicamente determinadas. Ou seja, a representação material do espaço histórico-social no espaço geográfico.
- 10 ANTONIL, André João. Cultura e Opulência do Brasil. *Coleção Reconquista do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/Edusp; p. 239. 1982.
- 11 ALBUQUERQUE, Marcos. Horticultores Pré-históricos do Nordeste. *Arquivos do Museu de História Natural – Volume VIII*: Belo Horizonte; p. 131-134. 1983.
- 12 ABREU, João Capistrano de. Capítulos da História Colonial & Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil. Editora Universidade de Brasília; p. 337 1998. ALENCASTRO, Luiz Felipe. O Trato dos Videntes: Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Editora Cia. das Letras, p. 525. 2000. CARVALHO, Marcus J. M. de. Negros da Terra e Negros da Guiné: Os Termos de uma Troca, 1535-1630. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileira R IHGB*. Rio de Janeiro: volume 161, n. 480, pp. 21-59. 2000. COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Anais Pernambucanos. Volumes I – VI. Recife: Editora do Arquivo Público Estadual de Pernambuco. 1953. SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial. São Paulo: Editora Cia. das Letras. 1995. VAINFAS, Ronaldo. A Heresia dos Índios: Catolicismo e Rebelião no Brasil. São Paulo: Editora Cia. das Letras, p. 275. 1999.
- 13 ALENCASTRO, *op. cit.* MELLO, José Antônio Gonçalves de; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. Cartas de Duarte Coelho a El Rey. Recife: Editora Massangana; p. 137. 1997. SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil: 1500-1627. São Paulo: Editora Melhoramentos, p. 527. 1965.
- 14 MELLO *et alli*, *op. cit.* ALENCASTRO, *op. cit.*
- 15 SCHWARTZ, *op. cit.*

- 16 COSTA, *op. cit.*
- 17 DEAN, Warren. A Ferro e Fogo: a História e a Devastação da Mata Atlântica. São Paulo: Editora CIA. das Letras, p. 484. 1996.
- 18 COSTA, *op. cit.* SALVADOR, *op. cit.*
- 19 ANTONIL, *op. cit.*
- 20 ALENCASTRO, *op. cit.* SCHWARTZ, *op. cit.* VAINFAS, *op. cit.*
- 21 ALENCASTRO, *op. cit.* SCHWARTZ, *op. cit.*
- 22 CPRH, *op. cit.*
- 23 CPRH, *op. cit.*
- 24 CPRH, *op. cit.*
- 25 ANDRADE, Manuel Correia de. Economia Pernambucana no Século XVI. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), p. 133. 2003.
- 26 ANDRADE, *op. cit.* SCHMALZ, Carlos Alfredo. Material de Construção no Burgo de Duarte Coelho. *Cadernos Olindenses: História*. Recife: Edições Katholon, V. 1, pp. 7 – 15. 1960.
- 27 CPRH, *op. cit.*
- 28 ANDRADE, *op. cit.* SCHMALZ, *op. cit.*
- 29 TRIGGER, Bruce G. Historia del Pensamiento Arqueológico. Barcelona: Editorial Crítica, p. 382. 1992.
- 30 ALVES, C. A Cerâmica Pré-histórica no Brasil: Avaliação e Proposta. In: *CLIO Arqueológica, Revista do Curso de Mestrado em História*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, n 7: pp. 11-88. 1991. OLIVEIRA, Cláudia A. Os Ceramistas Pré-históricos do Sudeste do Piauí – Brasil: Estilos e Técnicas. In: *FUMDHAMENTOS III, Publicação da Fundação Museu do Homem Americano*, Recife: Volume 1, p. 59-127. 2003. BOCANEGRA, F. J. A. La Cadena Tecnológica: Modelo de Análisis de los Conjuntos Líticos. *Boletín de Antropología*. V. 11, n. 28, pp. 146 – 192. 1997. RYE, O. S. Pottery Technology Principles in Reconstruction. Washington, p. 254. 1981.
- 31 BOCANEGRA, *op. cit.* RYE, *op. cit.*
- 32 SÁNCHEZ, R. N. Cerâmica e Etnicidade: Uma Aproximación al Estudio de las Formas Culturales como Expresión de lo Étnico. *Boletín de Antropología Americana*. N. 22, pp. 47 – 80. 1990.
- 33 ALBUQUERQUE, M. Reflexões em Torno da Utilização do Antiplástico como Elemento Classificatório da Cerâmica Pré-histórica. In: *CLIO Arqueológica, Revista do Curso de Mestrado em História*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, v. 6: pp. 109-112. 1984. ALBUQUERQUE, Marcos. Horticultores Pré-históricos do Nordeste. Belo Horizonte: *Arquivos do Museu de História Natural*. V. VIII, pp. 131-134. 1984. BROCHADO, J. P. A Tradição Tupiguarani na América do Sul. In: *CLIO Arqueológica, Revista do Curso de Mestrado em História*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, n 3: pp. 47-60. 1980. BROCHADO, J. P.; LA SALVIA, F. Cerâmica Guarani. Porto Alegre: Editora Posenato Arte e Cultura, p. 175. 1989. MARTIN, G. Pré-história do Nordeste do Brasil. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), p. 445. 1998.
- 34 BROCHADO, J. P. A Tradição Tupiguarani na América do Sul. In: *CLIO Arqueológica, Revista do Curso de Mestrado em História*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, n 3: pp. 47-60. 1980.
- 35 BROCHADO, J. P. A Tradição Tupiguarani na América do Sul. In: *CLIO Arqueológica, Revista do Curso de Mestrado em História*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, n 3: pp. 47-60. 1980. MARTIN, *op. cit.*
- 36 BROCHADO, José Proenza. Contatos entre Europeus e Indígenas: Um Estudo de Acluturação Através de Mudanças na Cultura Material. Porto Alegre: *Revista do IFCH/UFGRS*. Ano II. Nº2, p. 125-151. 1974.
- 37 MARTIN, *op. cit.*

- 38 TOCCHETO, Fernanda B. A Cerâmica do Guarani Missioneiro como Símbolo de Identidade Étnica. In: KERN, Arno (org.). *Arqueologia Histórica Missioneira*. Porto Alegre: Editora EDIPUCRS, p. 151-176. 1998.
- 39 TOCCHETO, *op. cit.*
- 40 BROCHADO, José Proenza. Contatos entre Europeus e Indígenas: Um Estudo de Aculturação Através de Mudanças na Cultura Material. Porto Alegre: *Revista do IFCH/UFGRS*. Ano II. Nº2, p. 125-151. 1974.
- 41 SCHMYZ, I. et alli. Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica. In: *Cadernos de Arqueologia. Museu de Arqueologia e Artes Populares*. Paranaguá: UFPR, ano 1, n 1, pp. 119-148. 1976. TOCCHETO, *op. cit.*
- 42 LIMA, Tânia A. Arqueologia Histórica: Algumas Considerações Teóricas. *Revista Clío – Série Arqueológica*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco N. 5, pp. 87- 99. 1989. SOUTH, Stanley. Evolution and Horizon as Revealed in Historical Archaeology. *The Conference on Historic Site Archaeology Papers*. New York: V. 6, pp. 71 – 16. 1971.
- 43 ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia Histórica, Arquitetura e Restauração. In: *CLIO – Série Arqueológica*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco V. 1, n.8, 131-152. 1992.
- 44 AZEVEDO, Esterzilda Berenstein. *Arquitetura do Açúcar: Engenhos do Recôncavo Baiano no Período Colonial*. São Paulo: Editora Livraria Nobel S.A, p. 219. 1990. GOMES, Geraldo. *Engenho e Arquitetura: Tipologia dos Edifícios dos Antigos Engenhos de Açúcar de Pernambuco*. Recife: Editora Fundação Gilberto Freyre, p. 135. 1998.
- 45 COSTA, *op. cit.* GALVÃO, Tácito Luiz Cordeiro; GOMES, Rosangela Oliveira. *O Processo Histórico da Formação do Município do Paulista*. Olinda: Monografia de Especialização em História do Brasil apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Fundação de Ensino Superior de Olinda (FUNESO). 2001.
- 46 ANDRADE, *op. cit.* COSTA, *op. cit.* SALVASDOR, *op. cit.*
- 47 ALENCASTRO, *op. cit.* SCHWARTZ, *op. cit.* GAMA, José Bernardo Fernandes. *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*. Volumes I e II. Recife: Editora do Arquivo Público Estadual. 1977.

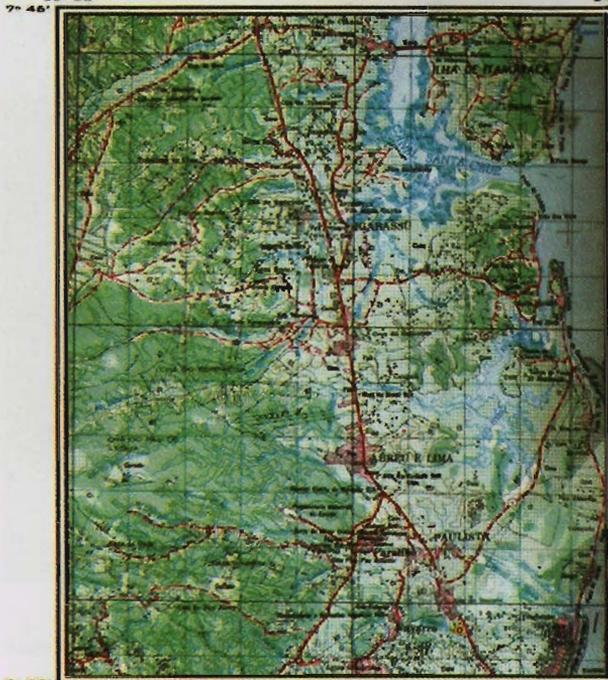


Anexo 1: Reconstituição dos vasilhames cerâmicos que compunham a estrutura arqueológica encontrada pelo Senhor José Lindemberg da S. S. Onde, a) Vasilhame utilizado como tampa e parcialmente reconstituído; b) Vasilhame totalmente reconstituído; c) Reconstituição hipotética da estrutura (Raoni Vale).

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO SÍTIO DO CAMPO

COORDENADAS: S 7° 57' 53.6"
W 34° 52' 11.7"

35° 00' 34° 49'



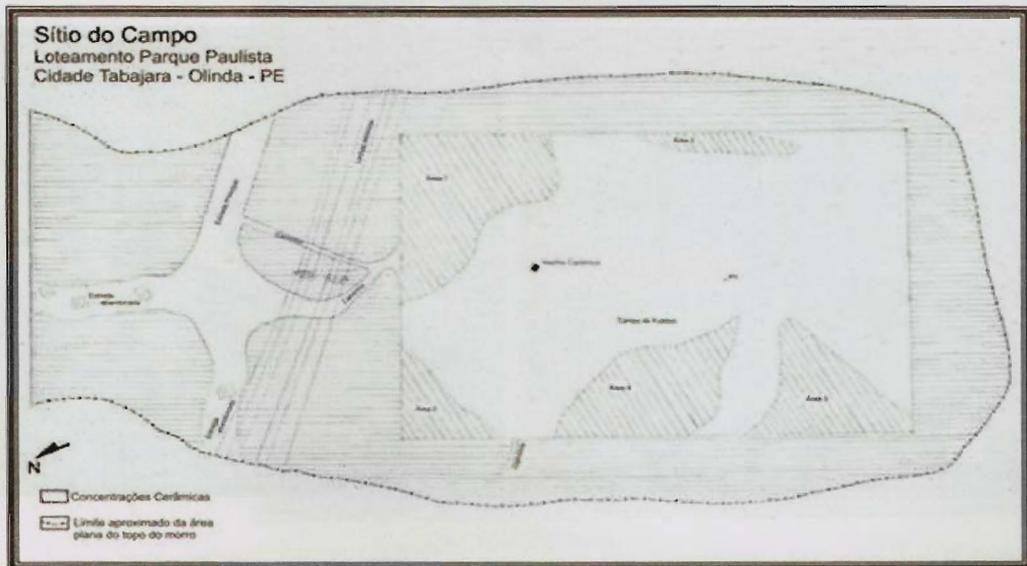
8° 00' 7° 46'

FONTE: CARTAS DA SUDENE, ESC. GRÁF. 1:110.000
FOLHA 22.25-Y-C-VI

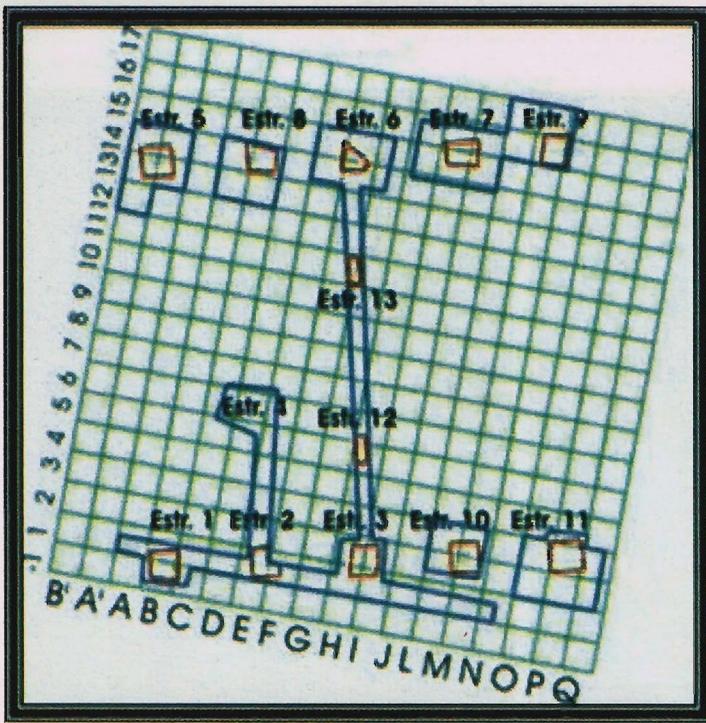


FONTE: ORTOFOTOGRAFIA DA FIDEM, ESC. GRÁF. 1:110.000
FOLHA 91-05, 1986.

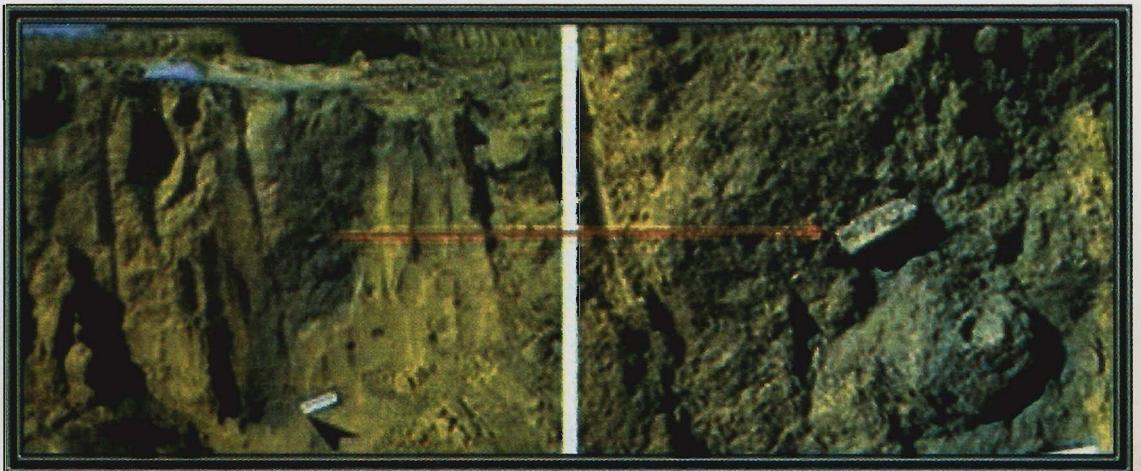
Anexo 2: Localização geográfica do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista-PE.



Anexo 3: Croqui da Área I do Sítio Arqueológico do Campo realizado durante a inspeção arqueológica (Raoni Vale). Paulista-PE.



Anexo 4: Detalhe da planta topográfica da Área I, com a localização do material cerâmico arqueológico. Sítio Arqueológico do Campo, Paulista-PE.



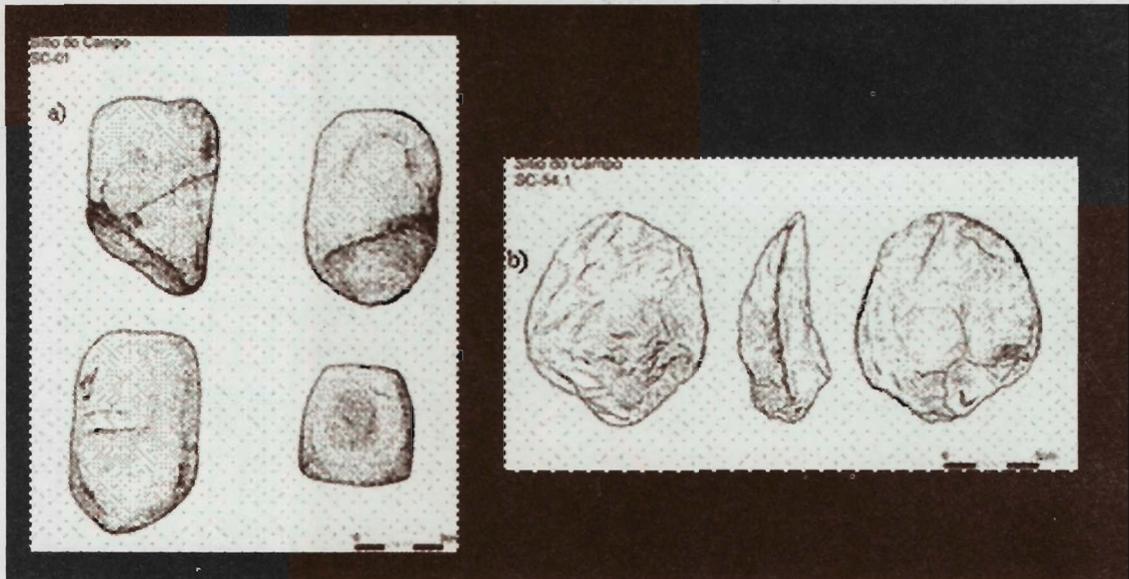
Anexo 5: Concentração de cinzas e carvão evidenciada no perfil da terraplanagem com cerâmica associada. Sítio Arqueológico do Campo, Área I. Paulista-PE.



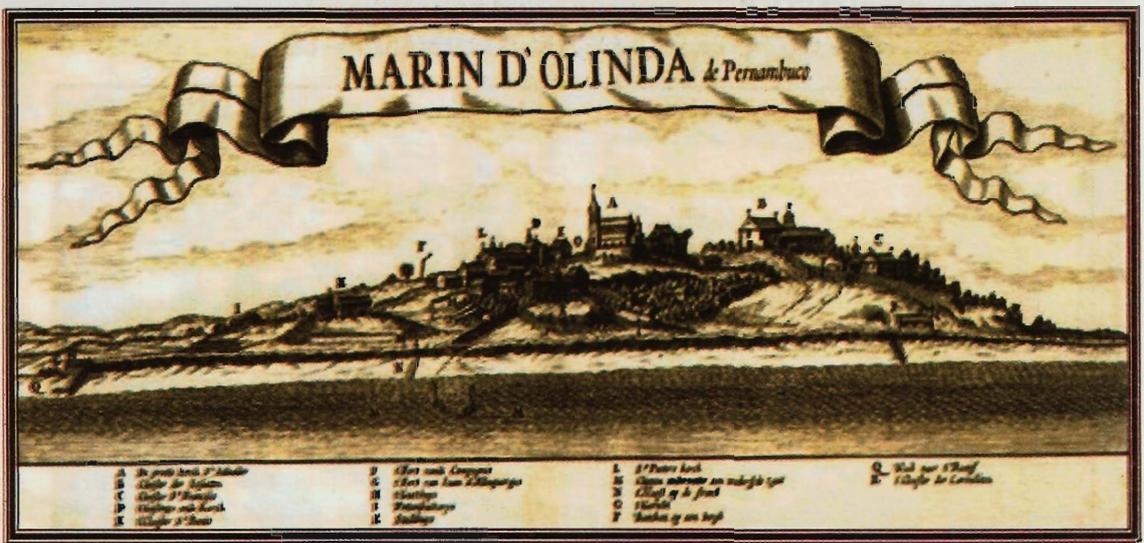
Anexo 6: Vista geral da escavação da Trincheira 1. Sítio Arqueológico do Campo, Área I. Paulista-PE.



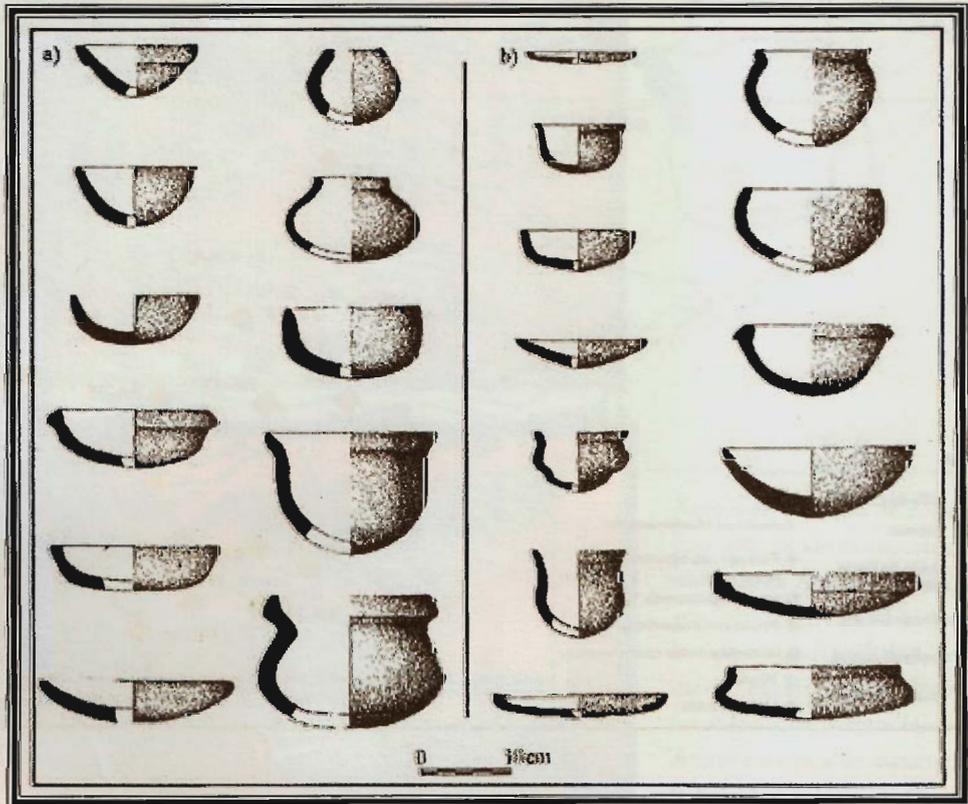
Anexo 7: Vista geral da escavação da Trincheira 2. Sítio Arqueológico do Campo, Área II. Paulista-PE.



Anexo 8: No topo da página: material lítico identificado na inspeção arqueológica realizada na Área I. Onde, a) Almofariz granítico polido e b) Biface plano convexo lascado em quartzo (Rafael Medeiros). No meio: exemplos de decoração nos fragmentos de louça e faiança, Área II. Acima: exemplos do material férreo, Área II. Sítio Arqueológico do Campo. Paulista-PE.

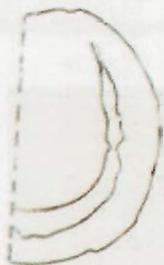
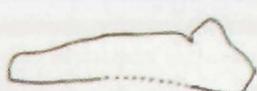


Anexo 10: Vista de Olinda em perspectiva. "MARIN D'OLINDA de Pernambuco/TRECIFF de PERNAMBUCO" (ca. 1630).



Anexo 11: Formas da cerâmica Tupiguarani em Pernambuco. Onde: a) Aldeia do Baião, Araripina; b) Aldeia Sinal Verde, São Lourenço da Mata (Fonte: Martin, 1998).

Sítio do Campo
SC-79.5



0 3cm

Anexo 12: Fragmento cerâmico (base) com morfologia indicativa do tipo base em pedestal. Área I do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.

Anexo 13: Vasilhames cerâmicos reconstituídos da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.

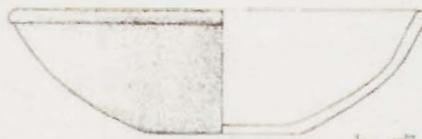
Sítio do Campo
SC-228
Parte



Forma Cônic

0 2cm

Sítio do Campo
SC-228
Parte



Forma Elipsóide Horizontal

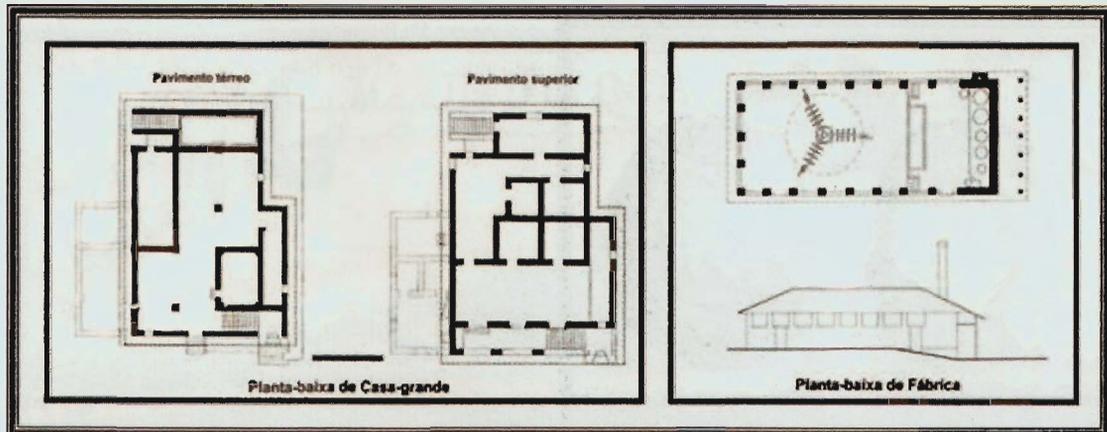
0 2cm

197

Fábio Mafra



Anexo 14: Fragmento cerâmico da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. Decoração plástica: inciso.



Anexo15: Comparação entre as plantas-baixas de casa-grande e fábrica em engenhos pernambucanos remanescentes (Fonte: adaptado de Gomes, 1998).



Anexo 16: Representação de fábricas de engenhos pernambucanos dos séculos XVI e XVII. *Franz Post* (Fonte: adaptado de Gomes, 1998).

Anexo 17: No topo da página: vista geral da Área II. Acima: Sondagem realizada na Estrutura 2 na Trincheira 2, Área II. Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.

